

O ESPECTRO

NUMERO 40 — II ANNO — 1889

O sr. Marianno de Carvalho

SEMANARIO POLITICO

PREÇO 10 RÉIS

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

LISBOA

6 mezes..... 260

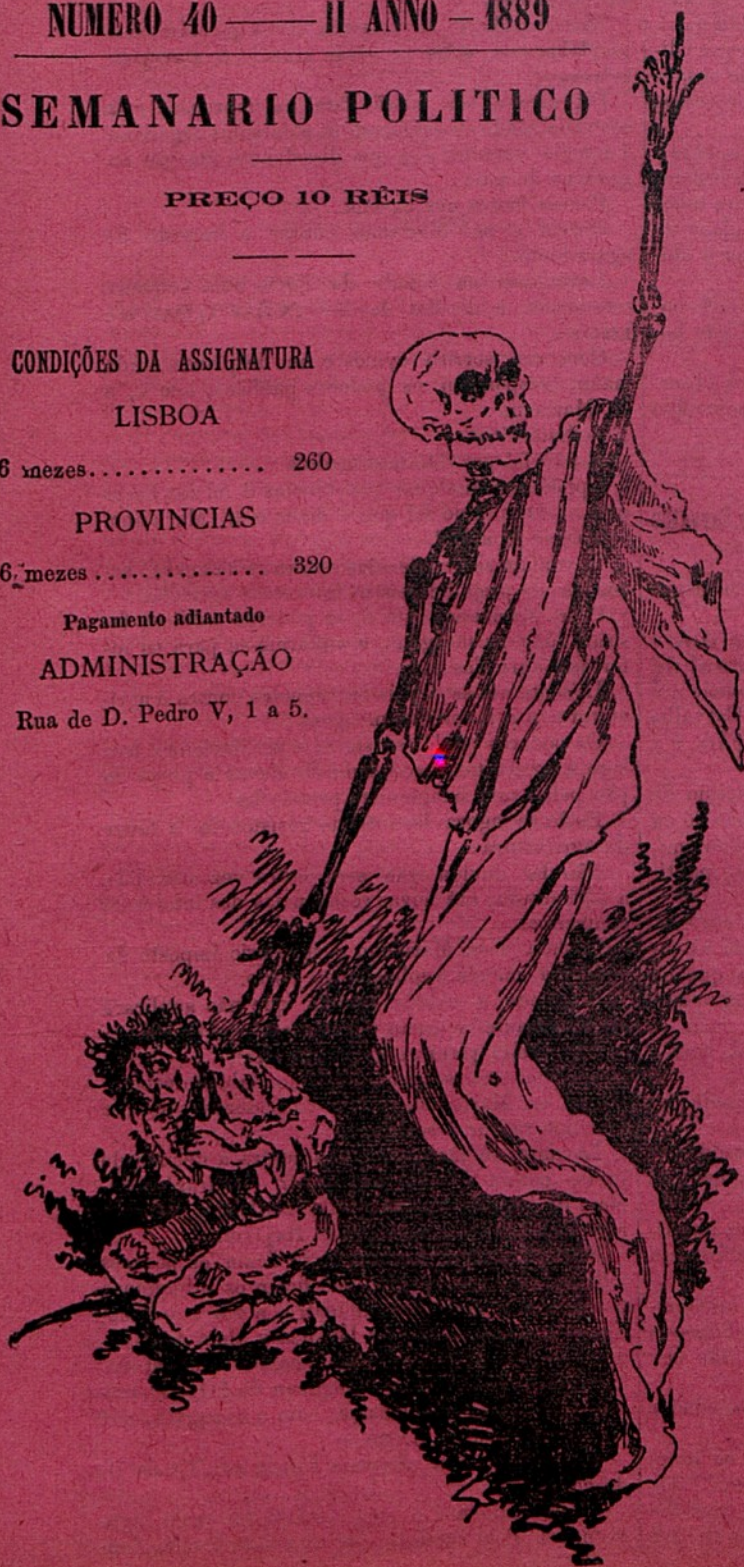
PROVINCIAS

6 mezes..... 320

Pagamento adiantado

ADMINISTRAÇÃO

Rua de D. Pedro V, 1 a 5.



Se este infame governo continuar por mais um anno á frente dos negocios publicos, estamos irremediavelmente perdidos.

Quando os politicos fazem da sua arte uma industria, e exploram a politica como quaesquer industrias exploram uma fabrica, as consequencias d'este verdadeiro crime não se fazem esperar.

E' facil comprehendel-o, vendo que as diferentes provincias da administração publica passam a ser consideradas outros tantos ramos do trabalho, apenas destinados a augmentar os rendimentos da empresa, e a enriquecer rapidamente os seus exploradores.

A organização de grandes **companhias politicas**, que se proponham explorar todas as riquezas publicas—ou particulares possiveis—surge quasi por si mesma.

A' frente d'esses syndicatos estarão, clara ou occultamente, os representantes do poder, que serão assim uma agencia de negocio com lucros vastos e seguros.

E' o que estamos presenciando todos os dias.

A este respeito o povo já não tem nem sombra de duvida.

Mas é só isto que se propõe a **politica ignobil** d'este governo **ultradevasso**?

O sr. Marianno de Carvalho e Emygdio Navarro, especialmente o primeiro, é só a riqueza que o dirige? E' só o ouro que anima os seus actos, os seus decretos, as suas leis?

E' só a ambição de ser rico e a triste gloria de enriquecer as companhias suas protegidas, que o levam por esse caminho tenebroso, do qual todas as consciencias limpas afastam as vistas envergonhadas?

E' só o **vil metal** que lhe inspira essa nefasta politica, cujo desfecho nenhum coração patriotico pode antever sem horror?

Estamos convencidos que não.

Nas alturas em que anda o sr. ministro da fazenda, basta, para ser rico e enriquecer os amigos, despejar sem escrupulos os cofres publicos.

Ora a voragem das despesas correntes, e sempre crescentes; a invenção de novas obras publicas e dos respectivos emprestimos para as emprender, são manancias mais do que abundantes, para matar a sede de ouro a uns poucos de syndicatos e **seus respectivos agentes** no governo do estado.

E sob este ponto de vista, todos sabem quantas vezes tem sido cheias e esvasiadas as arcas do thesouro.

Não é só este o proposito do sr. Marianno de Carvalho, repetimos.

O seu caracter é capaz de tudo. A' organização desequilibrada d'aquella alma negra não repugna nenhum attentado.

E a physionomia condiz com a historia. A inspecção d'aquella cara patibular explica a indole de

muitos actos seus, dos mais queridos, que são os que lhe levam um pouco da alma, os que partilham da ferição particular do seu espirito, matreiro, traidor e embusteiro.

Isto não é rhetorica, é a expressão dos factos, é a lição da experiencia.

Haja vista ao que elle sente e propala de toda a gente, progressistas que sejam, quando se oppõem aos seus damnados intentos.

Ainda ha pouco mais de 6 meses, Oliveira Martins era para elle um verdadeiro **bandido**. A phrase é do proprio ministro. E sabem porque Oliveira Martins era um **bandido**? Porque ousara divergir, aliás attentiosamente, dos seus processos de governo!

O sr. Marianno de Carvalho não visa apenas a enriquecer-se a si e aos syndicatos seus consocios e esteios. N'aquella sensibilidade fadada para todos os crimes, revolve-se ha muito tempo um plano tenebroso, que os factos vão a pouco e pouco alumando.

A sua vigorosa intelligencia não serve senão para tornar mais perigosa a permanencia d'este homem no poder.

E' á luz d'essa intelligencia que iremos observar um facto capital, embora passe desapercibido á apreciação da critica politica.

* *

Um principio e a politica do sr. Marianno de Carvalho

A indole d'esta publicação não comporta largas explicações scientificas.

Iremos porem expôdo a **sufficiente doutrina**, para mostrar que se somos um **Jornal de combate**, é porque a sciencia e a consciencia nos dizem que a politica do sr. Marianno de Carvalho — **alma do governo** — é a **corrupção**, é a **morte**.

O respeito pela lei, isto é, pelo principio de auctoridade é o esteio da sociedade; e não só da sociedade mas de todas as associações economicas, commerciaes, agricolas, industriaes, politicas... Todas.

Supponde que nas proprias associações particulares, puxa cada qual para seu lado, sem attenção a nenhuma regra superior; supponde que na lucta dos interesses, por sua natureza antagonicos, ninguem se faz respeitar nem obedecer: nem os homens, nem os principios, nem a moral, nem a justiça.

A dissolução da sociedade ou de taes associações é fatal.

Nas grandes associações, chamadas Estados, — reinos ou republicas — succede exactissimamente a mesma coisa.

Representada pelos poderes publicos, a auctoridade é o esteio de todas; a ordem a manifestação do seu respeito.

Talvez d'aqui a 300 ou 400 annos, seja a **anarchia** o systema (sic) politico mais aperfeçoado dos Estados civilizados d'aquelle tempo. Não discutiremos o valor d'esta hypothese.

Hoje, sociedades anarchisadas, são sociedades fatalmente condemnadas á dissolução.

Um paiz onde a **auctoridade** e a **força** ou **função** dos poderes publicos, ande á mercê dos interesses encontrados das classes ou do capricho das multidoes, mais hoje mais amanhã ha-de por

força pagar cara a sua complacencia com a desordem. **Porque nada se perde**: nem no mundo physico nem no mundo moral: nem da materia nem da força: nem do bem nem do mal.

A mais elemental sociologia sabe isto na ponta da lingua.

Ora qual deve ser o principal corollario do trabalho e função do sr. Marianno no governo?

A **desordem politica**, e o desprestigio da auctoridade.

Annular a força dos poderes publicos, eis o seu maior empenho.

Foi esta a sua missão fatal na imprensa: esta continua sendo — conforme os elementos organicos d'aquelle character — a sua dissolvente função no governo do paiz.

Poucos factos nos bastam.

Queria o sr. Marianno cobrar o imposto de aguardente.

Levanta-se na cidade do Porto uma pequena resistencia, e diz-lhe de lá: **Não queremos.**

Com um sorriso cynico e um desplante ainda maior, respondem os poderes publicos, isto é, o sr. Marianno:

— Está dito.

E não foi por diante a medida.

Oppõem-se qualquer resistencias á lei das licenças... O mesmo foi que o dizer o sr. Marianno. — Rasgue-se a lei!

Levantam-se resistencias contra as moagens, accusadas de prejudicarem os interesses agricolas:

O sr. Marianno, isto é, os poderes publicos fahiram logo as moagens, e voltaram-se para os interesses agricolas.

Levantaram-se depois resistencias contra a agricultura, e a favor das moagens:

Os poderes publicos, isto é, o sr. Marianno fere logo a agricultura, accusada de elevar o preço do pão pelas suas exageradas pretensões.

Estão-se agora levantando resistencias a favor da agricultura:

Não ha duvida que será outra vez attendida a agricultura, até novas resistencias dos interesses contrarios.

Inventa o sr. Marianno o vexatorio imposto da sellagem, manda applical-o no Porto.

Responde a cidade invicta que não applicará ali semelhante vexame e **dá oito dias ao governo para o retirar.**

E com um sorriso cynico nos labios desbotados, o sr. Marianno, isto é, os poderes publicos mandam retirar a sellagem.

Levantar-se-hão resistencias contra a decima de juros, contra o sello das letras? . . . retirará a decima de juros, retirará o sello das letras... retirará tudo contanto que **elle fique.**

Mas fica o sr. Marianno não ficam os poderes publicos; fica o homem, não ficam os principios; fica a pessoa nefasta do ministro, e vai-se o prestigio da auctoridade e da lei; fica a alma dos syndicatos, mas vai-se a força e a cohesão do Estado, a vida das instituções, o regimen da **liberdade**, que não é a licença, nem a **orgia**, que para ali campeia infrene.

Por isso diz o sr. Antonio Ennes no *Dia* de 10 do corrente.

«Decididamente o paiz está-se tornando ingovernavel. Pelo caminho que as coisas levam, den-

tro de meia duzia d'annos não ha rei nem roque, e andamos todos a arrancar os ossos da bocca uns dos outros, em presença da auctoridade publica reduzida a ser, ainda menos que um pannal de palha, uma *tête de turc* em que todos os interesses e todos os caprichos esmurram!

Ouvimos que o sr. ministro da fazenda já mandou suspender a sellagem no Porto.

Tudo isto é preciso para ser rico?

Não, repetimos.

Esta *degringolade* é apenas precisa para dar cabo do paiz.

Perguntem á misera Polonia, como começaram as suas desventuras.

Abaixo o bandido!

Abaixo o traidor!

Mais Syndicatos

Está organizado mais outro syndicato; denomina-se: **companhia vinicola do centro**.

O fim é o mesmo que o das duas grandes companhias, a do norte já organizada e a do sul em via de organização.

Se alguém duvidasse que aquellas companhias são **genuinos syndicatos**, no sentido progressista da palavra, bastaria, para desvanecer a duvida, apontar o nome do empresario que figura á frente da nova companhia.

Muita gente admirava-se de o não ver entre os organizadores dos dois primeiros syndicatos vinicolas, o do norte e o do sul, vendo que o negociarrão arranjadinho como estava pelo governo, era de deixar **milhares de contos de réls**.

Mas o sr. marquez da Foz ria-se á socapa da ingenuidade d'aquelles admiradores. Elle que trazia de olho a **companhia central**, é porque esse **syndicato** não renderia menos que os outros.

Á frente d'elle estão os snrs. marquez da Foz e H. Moser, como diz o *Dia*.

Girárá portanto sob a firma **Foz Moser & C.**

Attribue se ao marquez de Pombal o dito:

— Adeos, Portugal, que vais á vela!

Com quanta mais propriedade e exactidão poderia dizer o sr. marquez da Foz:

— Adeos, Portugal, que vais de **foz em fora!**

Veremos onde o desgraçado irá parar.

Ha-de ser longe, oh! se ha-de!

O congresso Agrícola

Reuniram em Lisboa para cima de 3:000 lavradores, que vieram, de todos os pontos do paiz, solicitar dos poderes publicos a protecção aos productos da sua industria—a primeira de todas—pois como todos dizemos—Portugal é um paiz essencialmente agrícola.

Que sejam attendidos todas as suas pretensões **razoaveis**, são os nossos votos.

A agricultura que é a primeira, tem sido considerada como a ultima industria e desprezada sempre pelos governos em tudo que não seja arrancar a **pelle aos agricultores**.

Chegou-lhe talvez a occasião da desforra. Oxalá o faça com proveito proprio e de todos.

Para um ponto porem vamos chamar a attenção do leitor. O governo sabe perfeitamente como o paiz o detesta; mas se a fruição dos benesses das pastas, lhe não deixasse ver claramente o logar que occupa no opinião publica, e o conceito que merece á propriedade rural, da qual vivem sete decimos dos habitantes do reino, as sessões do congresso deviam ter-lhe tirado todas as duvidas.

Contemos rapidamente.

O sr. D. José de Saldanha e Pintos Coelho—pae e filho foram os organizadores do congresso do anno passado.

Os dois ultimos, especialmente o sr. P. Coelho pae foi a voz e a alma d'aquella assembléa, que dirigio á sua vontade levando-a a pedir ao governo tudo quanto elle quiz, e obtendo do seu voto tudo quanto lhe aprouve. Foram exactamente as mesmas pessoas, Pintos Coelho e D. José de Saldanha que fizeram a propaganda do 2.º congresso, e que de novo o convocaram.

Como o anno passado, tambem apresentaram um relatorio, cujas conclusões esperavam que o congresso votasse.

Ora succedeu o seguinte.

O sr. D. José Saldanha tão turvos achou os ares, que teve de allegar doença de familia, para não presidir este anno. A doença porém não o impediu de ir a todas as sessões.

E sobre as conclusões do relatorio dos snrs. Pintos Coelho, o congresso, não votou nenhuma! Mais. Quando algum congressista fallava contra ellas, era applaudido com entusiasmo.

Era o contrario que succedia sempre que fallavam os auctores do relatorio.

Mas de onde veio esta má vontade ás trez figuras principaes do congresso passado?

Veio de suporem os congressistas que todos trez estavam combinados com o governo, sendo simplesmente apparente a opposição que lhe faziam.

Logo a opinião do congresso, isto é, dos proprietarios agricolas, cuja industria sustenta os 7 decimos da população portugueza, é **contra o governo**. Não ha expressão da opinião publica mais clara e manifesta.

Contra prova. Quando o sr. Leonardo Torres, no meio de um discurso acalorado chamou ao governo **sucla de malandros**, estas palavras foram cobertas com uma salva de palmas.

Querem indicação mais segura de que a opinião publica o detesta?

Um roubo colossal

Povo, carregar armas

Comecemos por declarar que a palavra colossal é mal cabida, visto que se trata apenas de 4 ou 5 mil contos. Desde que nós sabemos que se anda ha muito planeando uma **negociata**, que deve deixar aos **contractadores** para cima de 15 mil contos, um **negocio** de 4 ou 5 mil, não póde com exactidão qualificar-se de colossal.

Não sei se o leitor já percebeu que nos queremos referir á **enormissima traficância** que quer empalmar ao paiz duas das suas melhores propriedades: **o caminho de ferro do Algarve e o porto de Lixões!!!**

A **traficância** já o anno passado tinha sido collocada no topo do plano inclinado de todas

as **ladroefras**, mas não pegou. Suppoz o sr. Marianno de Carvalho, que este anno, com um pi-parote na lei eleitoral, a faria rolar pela lombada abaixo dos **carneiros de panurgio**.

No fundo do plano está de bocca escancarada um enorme sapo.

Não ha duvida nenhuma que na afiada dentuça do monstro, vão cair ingenuamente as duas bonitas doninhas, fascinadas por aquella cantilena que diz assim: *sallo positivo... acabou-se o deficit...*

Ora o povo que já está prevenido e que deve por isso estar de armas carregadas, apenas ouvir lá ao longe coaxar o bicho repugnante:

Foi-se o deficit, foi-se o deficit, foi-se o deficit — atire á má cara, e vá vêr depois que bicharia lá ficou estendida.

Ha-de ver enormes sapos peçonhentos; grandes lobos cervaes damnados com o virus rabico do ouro... um inferno de bichos enfim, qual mais devorador da carne e do sangue do seu corpo...

Senão for á **bala**, convence-te, povo **des-graçadissimo**, que não poderás jámais deffender-te das garras dos **syndicatos**.

A ladroeira das obras do Porto de Lisboa

As novidades duram tres dias. E n'este bello paiz á beira mar plantado, se a novidade constitue um escandalo de 1.^a marca, pode-se dizer que nem tres dias dura na indignação da grande maioria, acostumada a medir todos pela mesma bitola.

Já quasi que ninguem se lembrava d'aquella **grande ladroeira**, que metterá na algebeira dos **interessados** o melhor de 600 contos, como demonstrou na camara, com razões irrefutaveis, um notavel discurso do sr. Pedro Victor.

A ladroeira fora entregue aos tribunaes; mas o juiz que até ali gosava de conceituada reputação, mandou archivar o processo.

E' desnecessario dizer que a opinião publica nunca mais pode ouvir fallar no sr. juiz Tavares sem recordar aquella crua sentença de Alexandre Dumas: **Todas as mulheres são sérias em quanto se não riem.**

A Relação annullou o despacho do juiz e mandou continuar o processo.

Vão portanto ser processados alguns heroes d'este monumental escandalo, o primeiro no seu genero, que apparece á luz da rampa no theatro da Boa Hora.

Mas toda a gente sabe que a principal figura de tão pyramidal patifaria é o ministro das obras publicas. Porque enfim, elle é que negociou com o empreiteiro Horsent; elle é que fez e assignou o contracto; e com o dinheiro que elle manda levantar dos cofres publicos, é que se hão-de pagar as obras do porto ao empreiteiro, as obras do roubo aos ladrões, se se provar que os houve.

Seria contrario a todas as regras do decoro, que o sr. Emygdio Navarro, que é pelo menos moralmente—já vêem quanto lhe concedemos um dos cores no processo, fosse ministro em quanto elle

Quem poderia acreditar que a importancia e auctoridade do cargo que exerce não pesaria com toda a influencia sobre a decisão dos julgadores?

Por menos demittio-se Grevy, e mais era o chefe de um estado poderoso.

A honra dos poderes publicos está comprometida n'esta grave questão. E' indispensavel que ella corra desassomburada nos tribunaes, e por isso que o sr. Emygdio Navarro peça immediatamente a sua exoneração.

Um parvo e a celebre escriptura dos trinta contos de réis

Não sabemos se o leitor foi ao congresso agricola e vio quasi sempre encostado á mesa da presidencia a dar se ares d'alguem—uma figura esguia, de cara apalermada, com um typo mais ou menos japonez, sem excluir o esgançado da voz?

Este fedelho chama se Barros e Cunha.

O pae era homem intelligente, mas **pateta** saio **asno chapado**. Ninguem dava por tamanha **insignificancia no congresso**, embora, o **parvo** escolhesse o primeiro plano do local. Como a imprensa lhe ficava ali ao pé, poz as mãos no chão e atirou-lhe uma **parelha de couces**. Apenas a *Gazeta de Portugal* apanhou de raspão com uma **ferradura do animal**: mas fez-lhe tanta mozza como se lhe caisse em cima um alfinete de tocar.

Estará agora satisfeito o **alarve**, vendo que occupou meia duzia de linhas de um periodico?

Um conselho aos futuros congressos:

Se querem ser considerados como devem, não consintam que quaesquer **bandalhos** occupem o logar que só cabe ao merito e á prudencia.

Para que os nossos leitores possam avaliar o character do paspalhão passamos a transcrever a celebre escriptura, de que a imprensa n'estes ultimos dias se tem referido.

COPIA DE ESCRIPTURA

Escriptura de obrigação que assignam os ex.^{mas} dr. João Gualberto de Barros e Cunha e Antonio Manuel Pereira Caldas como representante da firma — «Villarinho & Sobrinho».

SAIBAM quantos esta escriptura d'obrigação virem que no anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oitenta e sete, aos vinte sete dias do mez de Fevereiro, n'esta villa de Mouchique, e casas de hospedarias aonde eu Tabellião vim, aqui foram presentes, d'uma parte os ex.^{mas} dr. João Gualberto de Barros e Cunha, solteiro, proprietario morador em Runa, concelho de Torres Vedras, e Antonio Manuel Pereira Caldas, casado, negociante, residente em Silves, como representante da firma commercial—«Villarinho & Sobrinho»,—com séde em Silves; e d'outra parte o ill.^{mo} José dos Reis Calapez, casado, proprietario, morador n'esta villa, como provedor da Santa Casa da Misericordia da mesma villa; todos meus conhecidos do que dou fé.

(Conclue no numero seguinte)